



# Ata da 44ª Assembleia Geral da AGENEAL

Aos 31 dias do mês de março de 2022, realizou-se a 44ª reunião da Assembleia Geral da Agência Municipal de Energia de Almada, AGENEAL.

A reunião realizou-se por videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams.

A reunião iniciou-se às 17h00, foi conduzida pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Inês de Medeiros, e secretariada pela representante da Transtejo membro da Mesa, Margarida Perez Perdigão, e pelo representante da TST, Fernando Epifânio.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral – Presidente da Câmara Municipal de Almada  
*Inês de Medeiros*

1.º Secretário – Representante da Transtejo  
*Margarida Perez Perdigão*

2.º Secretário – Representante da TST  
*Fernando Epifânio*

A ordem de trabalhos, previamente enviada aos associados, foi composta pelos seguintes pontos:

Ponto 1. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas da AGENEAL do Ano 2021 incluindo respetivo parecer do Conselho Fiscal;

Ponto 2. Apresentação de Proposta de estabelecimento de quotas anuais para os Associados;

Ponto 3. Outros assuntos de carácter geral.

Os trabalhos iniciaram-se com a apresentação da ordem de trabalhos e alguns esclarecimentos prévios. A Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Presidente do Conselho de Administração, Inês de Medeiros, começou por esclarecer que, relativamente ao ponto 1 da ordem de trabalhos, o Relatório de Atividades e Contas de 2021 foi submetido muito próximo do início da reunião visto ter sido necessário esperar pela certificação do Revisor Oficial de Contas, apresentando as desculpas pelo facto.

Quanto ao ponto 2 da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Presidente do Conselho de Administração referiu que a última versão da proposta apenas foi estabilizada na manhã do dia da reunião, agradecendo o esforço do restante Conselho de Administração pela rápida resposta, e que existe abertura para adiar a votação em próxima Assembleia Geral a marcar no prazo máximo de uma semana. Possibilita-se assim uma análise mais detalhada da proposta

pelos associados, sem descuidar a urgência de tomar decisões no que toca aos desenvolvimentos futuros da AGENEAL de forma a obviar as dificuldades em que se encontra.

## **Ponto 1. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2021 e do respetivo parecer do Conselho Fiscal**

Em conformidade com o artigo 16º dos estatutos da AGENEAL, o Conselho de Administração elaborou uma Proposta de Relatório de Atividades e Contas do Ano 2021, que recolheu o parecer do Conselho Fiscal e que foi submetida aos Associados, para ser discutida e votada pela Assembleia Geral.

A Proposta de Relatório de Atividades e Contas do Ano 2021 foi apresentada pela Presidente do Conselho de Administração, Inês de Medeiros, que na sua intervenção, começou por esclarecer que o resultado do ano de 2021 foi influenciado pelo contexto pandémico, o regime de teletrabalho, e também pelas dificuldades e constrangimentos na atividade da AGENEAL nos últimos dois anos. Ainda assim, a AGENEAL garantiu o cumprimento dos contratos com a Comissão Europeia (4 projetos europeus em curso), continuou a prestar apoio técnico ao município de Almada em diversas áreas, diversificou a atuação com outros trabalhos para entidades externas e continuou a trabalhar em diversas candidaturas para captação de financiamento. Relativamente à prestação de serviços, foi indicado que foram celebrados contratos com a Câmara Municipal de Almada e os SMAS que equivalem a mais de 50% dos rendimentos da agência e que a CMA está impedida de realizar mais processos de contratação à AGENEAL através de Consulta Prévia.

Explicou de seguida que os resultados financeiros devem ser interpretados à luz dos constrangimentos jurídicos identificados, que limitam a relação jurídico-financeira com a AGENEAL, e que têm vindo a ser partilhados com os associados, e o contexto pandémico que limitou fortemente o trabalho de projetos de interação com a comunidade. Apesar destas condicionantes, a AGENEAL não deixou de desenvolver a sua atividade, honrando os contratos vigentes com a Comissão Europeia e outros clientes, conforme reportado no relatório, e cumpriu integralmente e atempadamente os compromissos com os salários dos seus trabalhadores e os pagamentos aos seus fornecedores e ao Estado. Ainda que o resultado líquido do ano de 2021 no valor de - € 961,59 seja negativo, apresenta um valor bastante reduzido relativamente aos resultados dos 2 exercícios anteriores (- € 122 556,89 em 2020 e - € 132 573,55 em 2019). Referiu ainda que, desde que a Câmara Municipal de Almada deixou de poder financiar parte da atividade, não tem sido possível encontrar outros projetos e financiamento que contrabalancem a relevante perda de rendimentos e obviem a existência de resultados negativos persistentes. Ainda assim, existe alguma reserva financeira que permitiu manter a atividade da AGENEAL.

Foi de seguida referido que o Revisor Oficial de Contas deixou duas reservas no seu parecer relativos a uma fatura dos SMAS no valor de € 14 878,08 por não confirmação do saldo por parte desta entidade, relativo a um protocolo cujo processamento ainda está a ser tratado. Não foi também possível proceder à análise da cobrabilidade do saldo registado em 2019 na rubrica "Acréscimos de rendimentos", no montante de € 29 400,00, relativo ao projeto "Laboratório Vivo

para a Descarbonização", devido a um problema com os termos das candidaturas lançadas pelo Fundo Ambiental.

A Presidente referiu ainda que os depósitos em caixa no final de 2021 são de € 94 138,40, não existindo problemas de liquidez. Salientou ainda a saída natural de grande parte da equipa da AGENEAL pelas circunstâncias já especificadas e pela falta de um projeto mobilizador. Neste momento, a AGENEAL conta com 1 Técnico Superior e 2 Administrativas. De salientar também o cargo de Administrador-Delegado que está vago, após a renúncia da sua anterior titular, Eng.ª Catarina Freitas, e que a equipa da AGENEAL era então constituída em termos médios por 6 elementos. Foi referido que este número era superior relativamente à média das restantes agências. Reforçou de seguida a importância de garantir os direitos dos 3 trabalhadores que restam em todas as circunstâncias.

Não havendo pedidos de intervenção procedeu-se à votação do Relatório de Atividades e Contas de 2021 e do respetivo parecer do Conselho Fiscal, tendo sido aprovado por unanimidade.

## **Ponto 2. Apresentação de Proposta de estabelecimento de quotas anuais para os Associados;**

A Presidente tomou a palavra referindo a importância e urgência da tomada de decisão, apresentando brevemente a proposta, considerando as dificuldades em que a Agência se encontra, que decorrem das alterações legislativas de 2012. Partilhando a reflexão da Câmara Municipal de Almada, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, partilhando o duplo papel como Presidente da Câmara Municipal de Almada, referiu que a AGENEAL é um instrumento importante numa altura em que os desafios energéticos são tão relevantes por congregarem associados locais relevantes. Mas, neste momento, a Câmara Municipal necessita reduzir fortemente a sua posição na agência, ou mesmo sair, sendo certo que a Agência não é sustentável sem a presença da Câmara Municipal pelo que importa avaliar outras soluções.

Uma das soluções, passa pela instituição de um valor de quotas tal como previsto nos estatutos (ainda que este valor não tenha sido ainda instituído). Alertou para a limitação de existir uma quota para a Câmara Municipal e outra para os SMAS, que não tem total autonomia, pelo que a Câmara Municipal e os SMAS devem ser um único associado na AGENEAL. Tendo em conta a importância da preservação do nome da Agência e de uma estrutura mínima para projetos que possam vir a surgir (no âmbito do PRR, por exemplo), propõem-se como valor mínimo € 100 000,00 de quotas anuais o que equivale a uma quota para o município de Almada de € 40 000,00 e de € 3 750,00 para os restantes associados. Este valor permite a contratação de um Diretor para que se possa alavancar a atividade e assegurar maior dinamismo e proatividade à agência, algo que não tem sido possível nos últimos 3 anos. Foi também referida a necessidade de alteração dos estatutos para fixar a alteração das quotas.

Outra solução possível é a AGENEAL juntar-se a outras agências de energia já existentes, tendo sido encetados contactos informais com os Presidentes das Câmaras do Seixal e de Sesimbra, o que poderia trazer benefícios já que vários associados da AGENEAL são também associados de outras agências. Propõe-se, assim, que o Conselho de Administração seja mandatado para efetuar todas as diligências para uma eventual fusão com outra agência de energia do distrito, assim como

a possibilidade de arranjar novos associados, solução que só será possível se a Agência tiver um novo impulso. Sugeriu também a possibilidade de modificar o âmbito dos estatutos para alargar o possível alcance de atuação da AGENEAL. Foi ainda estudada a hipótese de fazer entrar dentro do universo municipal os 3 trabalhadores em causa ficando a agência em "hibernação", mas mantendo os projetos europeus e compromissos em curso.

A representante da Sovera, Sara Rodrigues, questiona se na última hipótese apresentada o estatuto de associados se mantém, ao que a Presidente esclareceu que se mantém o estatuto para que a Agência possa ser usada quando haja um projeto que o justifique, deixando de ter um quadro de pessoal que possa ir gerindo a agência. A representante da Sovera questionou ainda quais as mais-valias adicionais para os associados no caso de ser aprovada a solução de introdução de quotas.

A Presidente esclareceu que a AGENEAL foi criada há 20 anos no âmbito de uma candidatura que conjugou os vários associados, e que as mais-valias serão em função das solicitações dos associados e terão de ser os próprios associados a definir quais os projetos conjuntos a realizar. Foi também referido o exemplo da Agência de Energia e Ambiente da Arrábida que tem três municípios e onde a administração e os estudos e projetos desenvolvidos são repartidos de forma conjunta por todos os municípios. Esclareceu ainda que no cenário de fusão com outra agência os associados serão obviamente livres de ser associados ou não.

O representante da TST, Fernando Epítânio, referiu que a TST é associada de todas as Agências de Energia da margem sul e, não excluindo e estando disponíveis para uma solução de introdução de quotas, veem com bons olhos a hipótese de sinergia com outras agências dando outra dimensão aos projetos.

A representante do IPQ, Lídia Jacob, pediu a palavra referindo que concorda com a fusão com outras agências e que relativamente a quotas terá que avaliar junto do conselho diretivo colegial. Quanto ao esvaziamento da agência, esta situação pode criar problemas para as candidaturas e projetos em curso.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, referiu a compreensão para com a dificuldade de os associados votarem a proposta em causa nesta reunião. Reforçando a necessidade de tomar uma decisão rápida, sugeriu que alguns dos pontos da proposta sobre o mandato do Conselho de Administração pudessem ser já votados e que se marque uma nova assembleia para votar a introdução de quotas. A Presidente da Mesa da Assembleia Geral entende que será necessário estabelecer algum valor de quota de qualquer maneira, como está, aliás, previsto nos estatutos. Reconhecendo a dificuldade de manter a instituição numa posição de "hibernação", reforçou a importância de manter o histórico, o nome e o património.

A representante da Lasting Values, Sandra Martinho, pediu a palavra e referiu que como microempresa não tem capacidade de pagar quotas e a perspetiva é de associação para conseguir projetos em comum. Entende que a sinergia entre agências de energia pode ser uma mais-valia e a própria Lasting Values já participou em candidaturas conjuntas com várias agências de energia da margem sul, incluindo a AGENEAL.

Não havendo mais pedidos de palavra, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou a concordância de todos os associados presentes para mandar o Conselho de Administração no

sentido de efetuar todas as diligências necessárias para uma eventual fusão com outras agências, ao que os associados presentes concordaram.

O representante da OZ Energia, José Carvalho, manifestou o interesse em que a AGENEAL continue a existir sozinha ou associada a outra agência e que a OZ Energia está disponível para pagar a quota que venha a ser estabelecida. Também concorda com a angariação de novos associados e novos projetos.

A representante conjunta da MTS e FERTAGUS, Cristina Vasconcelos, refere que estão disponíveis para pagar uma quota ainda que o valor seja demasiado elevado, e que a junção faz sentido para juntar competências, ganhar dimensão e alavancar outros projetos.

O representante da E-REDES, António Leal Sanches, refere que estão disponíveis para pagar uma quota, e que a fusão entre agências também é uma boa solução.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou que os associados reflitam sobre a introdução de quotas, prometendo também fazer chegar informação sobre as quotas das diferentes agências e referindo que muito rapidamente os associados serão contactados para marcação de nova Assembleia Geral. Solicita aos associados que averiguem projetos em curso ou em avaliação que possam mobilizar a agência e contactem o Conselho de Administração para alavancar essas ideias.

Nada mais havendo a acrescentar, a Presidente da Mesa agradeceu a presença dos associados e deu por encerrados os trabalhos da Assembleia-Geral pelas 18h20, da qual se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

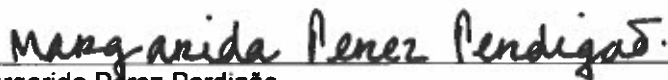
**Almada, 31 de março de 2022**

A Mesa da Assembleia,



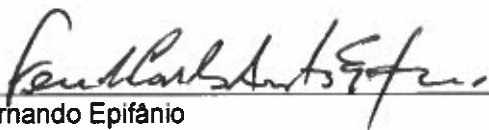
---

Inês de Medeiros



---

Margarida Perez Perdigo



---

Fernando Epifanio

